

As Limitações da (Reforma da) ONU

Marcos Paulo de Araújo Ribeiro
15/04/05

O lançamento, em março último, da aguardada declaração do Secretário-Geral Kofi Annan deu continuidade a um debate que deverá prolongar-se por todo esse ano: a Reforma das Nações Unidas. No documento, Annan enumera o que crê serem os pontos críticos para a preparação e fortalecimento do sistema ONU frente aos novos desafios. O caráter pragmático e quase sempre generalista das propostas, no entanto, promete frustrar as expectativas mais utópicas e incita a dúvida: será a organização, em seu 60º aniversário, capaz de retomar, efetivamente, a credibilidade ferida?

A verdade é que a percepção da necessidade de mudanças não é algo novo. Desde o seu nascimento e, principalmente, a partir da década passada, quando comemorou o 50º aniversário, a Organização das Nações Unidas vem buscando adaptar-se às novas demandas do cenário internacional. Essas adaptações, contudo, não acompanharam a velocidade das transformações; em muitos aspectos, a instituição manteve-se presa ao contexto de sua criação e hoje encontra-se defasada face ao novo panorama. Ademais, o histórico de alguns insucessos e, mais recentemente, a sua incapacidade de impedir a ação unilateral americana no Iraque, bem como as denúncias de corrupção no programa “Oil-for-food” e de abuso sexual por “peacekeepers” no Congo, contribuem para o desgaste e para crença na ineficácia do Sistema ONU.

É nesse contexto, pois, que a reforma ganha fôlego e ar de inevitabilidade. As palavras de Kofi Annan, em consonância com o Relatório do Painel de Alto Nível e das chamadas “Metas para o Milênio”, endossam a carência por mudanças internas para acompanhar e promover as transformações externas. Entre as principais soluções propostas estão reforma e expansão do Conselho de Segurança, novas regras de ação militar, alterações no funcionamento da Assembleia Geral e na Comissão de Direitos Humanos e maior atenção às questões relativas ao meio-ambiente e ao desenvolvimento. Dessa forma, muitos acreditam, a ONU estaria preparada para reaver a sua confiabilidade e mesmo a sua efetividade como instituição basilar do sistema internacional.

Entretanto, é mister notar o fato de as propostas consolidarem o distanciamento cada vez maior do utopismo do início do século XX e, em especial, do período entre guerras. Se o contexto de construção da Organização das Nações Unidas já era, em 1945, bastante distinto e, certamente, mais influenciado por uma visão realista do que o cenário em que vigorou a Liga das Nações, hoje qualquer ânsia nostálgica de viés neo-utopista não passaria de mera ingenuidade. Não se deseja fazer, aqui, uma defesa incondicional das argumentações realistas, mas é fato que a percepção da importância do jogo de poder e dos interesses antagonísticos segue viva e evidencia-se nas limitações das alterações sugeridas.

Longe, em geral, de aspirarem a uma conformação inalcançável, as propostas apresentadas por Annan trazem em si fundamentalmente o pragmatismo, ainda que revestido por um discurso de tom utópico. Mais do que isso, elas mostram-se essencialmente vagas e não ousam discutir os meios de sua implantação. Dificilmente poderiam, todavia, ser diferentes. De forma cada vez mais clara, a crença em uma completa harmonia de interesses mostra-se inválida. A ONU é, sim, formada pela confluência de muitos propósitos entre seus membros, não mais, contudo, do que pela divergência de objetivos entre eles. A construção do consenso prova ser bastante complexa e qualquer intuito de transformação interna radical esbarraria no antagonismo de interesses inerentes a grande parte das questões do sistema de estados em vigor. De fato, mesmo as propostas de Kofi Annan que ousam ser mais ambiciosas certamente provocarão – aliás, já começam a provocar – intenso debate e grande movimentação política, a

citar o conflito de discursos entre os potenciais rivais para um assento permanente – sem veto, é claro – no Conselho de Segurança.

As reformas propostas perdem, portanto, qualquer valor? Certamente não. Conquanto ainda tenham um longo caminho até a etapa da implementação, parece haver nelas alguma capacidade de aprimoramento das Nações Unidas e atendimento a parte das demandas por uma atualização. Não obstante, é preciso reconhecer que a ONU é um produto do meio internacional complexo em que se insere e equivoca-se qualquer perspectiva que aguarde transformações radicais em sua estrutura. A crença na aplicabilidade dos princípios utópicos não sobreviveu, em última análise, à 2ª Guerra Mundial e seria ao menos leviano querer reproduzi-los na atualidade. Com efeito, é provável, inclusive, que a ONU sequer consiga retomar, ao menos a curto prazo, o prestígio de que já gozou, porquanto o mundo pareça viver um momento de transição, ainda marcado por muitas incertezas.

De fato, o 60º aniversário da Organização das Nações Unidas deverá ser comemorado com reformas, sim, mas sobretudo com muito pragmatismo.